



Práticas pedagógicas para o enfrentamento do racismo religioso

Isabela Reis Nascimento*¹, Claudionor Alves da Silva¹

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*isreis03@hotmail.com

TRABALHOS COMPLETOS – GT 1: Etnicidade, Memória e Educação

RESUMO

O presente trabalho constitui-se como um recorte do trabalho de conclusão de curso, ainda em andamento, intitulado **Diálogos possíveis entre terreiro e escola: práticas pedagógicas para o enfrentamento do racismo religioso**, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O racismo religioso constitui um dos grandes desafios sociais e educacionais no Brasil, afetando principalmente crianças praticantes de religiões de matriz africana, como o Candomblé. Este trabalho busca investigar os diálogos possíveis entre terreiro e escola, reconhecendo a importância das infâncias de terreiro e a valorização de seus saberes no enfrentamento do racismo religioso. Fundamentado na sociologia da infância e nas legislações vigentes, como a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o estudo destaca a relevância do terreiro como espaço educativo, no qual crianças assumem papéis ativos e rompem com visões adultocêntricas. A pesquisa adota a abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e documental. Conclui-se que a valorização dos saberes do Candomblé e o diálogo intercultural entre escola e terreiro são fundamentais para a construção de uma educação plural, inclusiva e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Educação. Infâncias de Terreiro. Racismo Religioso.

Submetido em: 10/10/2025 | **Aceito em:** 05/11/2025

Introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa em andamento, desenvolvida no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia —DFCH/UESB, como requisito para a obtenção do título de Licenciada. O racismo religioso sofrido pelas crianças e jovens pertencentes às religiões de matriz africana, particularmente nos espaços de educação formal, foi a motivação pela escolha do tema e, conseqüentemente, realização desta pesquisa.



Assim, o racismo religioso e suas implicações no contexto escolar representam um desafio complexo e multifacetado, sobretudo em sociedades como a brasileira, que se constituem a partir de uma profunda diversidade cultural e religiosa, mas também de intensas desigualdades históricas.

Como apontam as pesquisas de Caputo (2012) e Sousa (2010), crianças de terreiro vivenciam situações de exclusão e preconceito no ambiente escolar, o que reforça a reprodução de desigualdades raciais e religiosas, afetando diretamente a formação identitária e o desenvolvimento de crianças que vivenciam suas infâncias nos terreiros. Há também uma lacuna de estudos que abordem as relações entre escola e terreiro, bem como as práticas pedagógicas necessárias para combater o racismo religioso, revelando assim, a urgência de pesquisas que articulem esses dois espaços educativos: o terreiro e a escola.

O terreiro, como local de resistência, memória e aprendizado, oferece contribuições importantes para repensar as práticas pedagógicas escolares, especialmente na desconstrução de visões adultocêntricas e eurocêntricas. E a escola, como espaço privilegiado de socialização e aprendizagem, ocupa lugar central nesse processo: pode atuar como reprodutora de preconceitos e silenciamentos, mas também como promotora de transformações sociais. Nesse sentido, a relevância deste estudo encontra respaldo no impacto do racismo religioso na infância de crianças candomblecistas, que enfrentam não apenas a intolerância à sua crença, mas também a desvalorização de sua identidade cultural.

O presente estudo ancora-se na sociologia da infância que propõe a valorização das crianças como atores sociais ativos, o que reforça a necessidade de escutar suas vivências tanto na escola quanto no terreiro. E também na Lei 10.639/2003, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Metodologia



O presente trabalho constitui-se como um recorte do trabalho de conclusão de curso, ainda em andamento, intitulado **Diálogos possíveis entre terreiro e escola: práticas pedagógicas para o enfrentamento do racismo religioso**, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, articulando revisão bibliográfica e documental, buscando compreender como as escolas dialogam com crianças de candomblé, observando como o racismo religioso se manifesta (ou é enfrentado) nas práticas escolares e como a Lei 10.639/2003 é traduzida em experiências educativas. O estudo está orientado por referenciais da educação antirracista e da sociologia da infância, revelando práticas, resistências e desafios do espaço escolar diante das infâncias de terreiro.

A formação do povo brasileiro, desigualdades raciais e o Candomblé

A formação do povo brasileiro resulta de intensos processos de encontro, conflito e resistência entre diferentes povos. Indígenas, africanos escravizados e colonizadores europeus constituíram a base da identidade nacional, embora os discursos oficiais tenham privilegiado por muito tempo a herança europeia. As culturas africanas, vindas de diversos reinos e etnias, trouxeram para o Brasil saberes agrícolas, técnicas de organização comunitária, línguas, danças, músicas e sistemas religiosos complexos, moldando profundamente a sociedade brasileira.

O Candomblé surge nesse contexto como uma religião de resistência, que articula a preservação da ancestralidade africana e a reinvenção cultural no Brasil. O terreiro de Candomblé, nesse sentido, vai além da dimensão religiosa: pois se constitui como espaço educativo, onde valores de solidariedade, respeito à natureza, disciplina e coletividade são transmitidos cotidianamente. No interior do terreiro, a 'família de santo' representa uma estrutura ampliada de convivência, em que os laços de pertencimento não dependem da consanguinidade, mas da iniciação religiosa e dos vínculos afetivos. Essa forma de organização social recria, em solo brasileiro, modelos de parentesco e comunidade presentes nas culturas



XXI SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

Espiral da Pertença: Vinte anos de circularidade e debate da perspectivas étnicas e raciais no ODEERE

VII Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas : VIII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VIII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero, Diversidade sexual -
V Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT
III Festival das Artes: Ancestralidades em movimento : I Jequiê Zumba : Cantinho do Griô



africanas, permitindo a preservação de identidades fragmentadas pela escravidão.

As crianças de terreiro ocupam lugar de destaque nessa dinâmica. Elas não são vistas como sujeitos passivos em processo de formação, mas como participantes ativos da vida comunitária e religiosa. Podem desempenhar funções em rituais, aprender cânticos, toques de atabaque, danças e narrativas míticas, demonstrando que também são guardiãs de saberes ancestrais. Essa valorização contrasta com a visão adultocêntrica predominante na escola, em que a criança muitas vezes é percebida como alguém em déficit, que precisa ser conduzida à racionalidade adulta.

As desigualdades raciais no Brasil são herança direta da colonização e da escravidão. E com a abolição da escravatura no final do século XIX, ocorre um processo de branqueamento da população por meio da miscigenação. De acordo com Nascimento (1978), esse processo resultou no embranquecimento cultural, a fim de promover uma aculturação e assimilação, apagando assim a herança cultural africana e, conseqüentemente, negando e diminuindo os conhecimentos oriundos das religiões de matriz africana. Assim, o racismo, enraizado nas estruturas sociais, manifesta-se de múltiplas formas, entre elas o racismo religioso. Esse conceito vai além da intolerância religiosa, pois articula preconceito racial, discriminação cultural e perseguição simbólica contra religiões de matriz africana.

Ao longo da história, práticas do Candomblé e da Umbanda foram criminalizadas, templos foram fechados pela polícia, objetos sagrados foram apreendidos e/ou destruídos e seus praticantes estigmatizados. Esse passado de perseguição ainda ecoa na atualidade, reforçando estigmas e violências.

O racismo religioso no contexto escolar: uma análise da rede municipal de Vitória da Conquista

No contexto escolar, o racismo religioso se manifesta em situações de discriminação contra crianças que usam roupas ou adereços associados ao



Candomblé, que faltam às aulas em função de rituais ou que mencionam suas crenças. Essas crianças, muitas vezes, são alvo de piadas, exclusão e até violência física. Estudos como os de Caputo (2012) e Sousa (2010) revelam que o ambiente escolar pode ser hostil para as infâncias de terreiro, gerando silenciamento e ocultação identitária.

Episódios recentes de racismo religioso em Vitória da Conquista reforçam a necessidade de investigar os diálogos possíveis entre terreiro e escola, reconhecendo a importância das infâncias de terreiro e refletindo sobre como práticas educativas antirracistas podem contribuir para uma escola inclusiva, intercultural e respeitosa das diferenças. Descendente da matriarca que dá nome à Comunidade de Vó Dôla, primeiro quilombo urbano de Vitória da Conquista, uma jovem de 17 anos, que cresceu em um terreiro de candomblé e foi alvo de discriminações no espaço escolar, chegando a ser acusada por colegas de “fazer macumba”. Em outro caso, uma criança, de apenas 5 anos, foi agredida dentro de uma van escolar por relatar sua participação em rituais do candomblé (Costa; Filippo, 2024). Esses episódios revelam como o racismo religioso, impregnado na cultura brasileira, desumaniza praticantes das religiões afro-brasileiras e se manifesta de forma explícita e violenta na infância e juventude.

A promulgação da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), que torna obrigatória a inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos das instituições de ensino da Educação Básica, constitui um marco no processo de valorização da cultura africana. Em 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana — DCNERER (Brasil, 2004) — foram publicadas com o objetivo de orientar a implementação da lei supracitada. Nas DCNERER (Brasil, 2004), as relações étnico-raciais são pensadas a partir do conceito de branquitude, trazido por Schuman (2022), que explica que a branquitude é uma construção sócio-histórica por meio da qual sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios em relação a sujeitos não brancos, implicando, assim, na supervalorização de uma



identidade racial — com seus elementos simbólicos e materiais — em detrimento de outras identidades raciais.

Logo, as Diretrizes Curriculares abarcam dimensões culturais como a linguagem e a religião. Contudo, sua implementação enfrenta desafios, entre eles a falta de formação adequada dos professores e a resistência de setores que não reconhecem a legitimidade das culturas afro-brasileiras. Assim, a lei reforça que a população negra sofre discriminação não somente por seus aspectos físicos, mas também pela desvalorização de seus elementos culturais perante a sociedade brasileira.

No plano nacional, a situação é agravada pelo fato de que mais de 70% dos municípios brasileiros não aplicam a Lei nº 10.639/2003, demonstrando a distância entre o marco legal e sua efetivação. Em Vitória da Conquista, embora exista a Resolução Nº 013/2006 do Conselho Municipal de Educação (Vitória da Conquista, 2006) que cria a disciplina de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira para os anos finais do Ensino Fundamental, sua implementação ainda enfrenta dificuldades práticas, sobretudo pela falta de políticas públicas eficazes e de formação docente.

Segundo o Referencial Curricular Municipal Vitória da Conquista para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira são inseridos no currículo “por meio de projetos transversais que envolvam contação de histórias, palestras ou exposições ao longo do ano” (Vitória da Conquista, p. 20). O Referencial também aponta como aprendizagem esperada “Reconhecer a importância do respeito e da valorização de todas as formas de religiosidade” (p. 221). Este mesmo referencial aponta que, na Educação Infantil (2020), a aprendizagem esperada seja:

conhecer-se e construir uma identidade pessoal e cultural de modo a constituir uma visão positiva de si mesma e dos outros com quem convive, valorizando as próprias características e as das outras crianças e adultos e superando visões racistas e discriminatórias (Vitória da Conquista, 2020, p. 108)

Dessa forma, observa-se que os documentos municipais apresentam uma concepção de educação voltada para as relações étnico-raciais, delineando estratégias e objetivos específicos para sua efetivação no contexto escolar. No



entanto, conforme apontado nos relatos anteriormente citados, a prática cotidiana nas escolas diverge significativamente do que é estabelecido na legislação. Essa discrepância se torna ainda mais preocupante diante da aprovação e promulgação da Lei Municipal nº 3.029/2025 (Vitória da Conquista, 2025), que autoriza a utilização da Bíblia como material de apoio pedagógico nas escolas da rede municipal, aprofundando as tensões nesse cenário. Embora a norma possa possuir caráter opcional, tem sido amplamente criticada por movimentos sociais e entidades ligadas à educação, por representar um avanço do fundamentalismo religioso no espaço público e uma potencial ameaça ao princípio do Estado laico.

Para enfrentar esse quadro, a escola precisa assumir um papel ativo na desconstrução do racismo religioso. Isso inclui a promoção de projetos pedagógicos que valorizem as culturas afro-brasileiras, a formação de professores para lidar com a diversidade religiosa e a criação de espaços de diálogo com comunidades de terreiro. Em síntese, o enfrentamento do racismo religioso exige mais do que a aplicação da Lei 10.639/2003: requer uma mudança de paradigma, em que a escola reconheça o valor das culturas afro-brasileiras e as incorpore de maneira crítica e criativa ao processo educativo.

Considerações Finais

O diálogo entre terreiro e escola revela-se fundamental para a construção de práticas pedagógicas interculturais e antirracistas. Reconhecer o terreiro como espaço legítimo de produção de saberes e valorizar as infâncias de terreiro é condição para enfrentar o racismo religioso e suas consequências na formação de crianças negras. O estudo conclui, de forma preliminar, que a superação desse tipo de racismo depende de ações educativas comprometidas com a valorização da diversidade cultural e religiosa, da efetivação de políticas públicas e da escuta atenta às crianças como protagonistas de suas histórias. Assim, escola e terreiro, em diálogo, podem contribuir para uma educação inclusiva e para a construção de uma sociedade mais justa e plural.



Referências Bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** **Diário Oficial da União,** Brasília, 2004.
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** **Diário Oficial da União,** Brasília, 2003.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

CAPUTO, Stela. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé.** Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

COSTA, Karina; FILIPPO, Clara. **Mais de vinte anos após a Lei 10.639, racismo religioso ainda é realidade nas escolas.** Conquista Repórter. Vitória da Conquista, BA, 7 nov. 2024.

CORSARO, William A. **Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas.** *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 443-464, Campinas, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978

SCHUCMAN, Lia Vainer. **O branco e a branquitude: letramento racial e formas de desconstrução do racismo.** *Portuguese Literary and Cultural Studies*, p. 171-189, 2022.

SOUSA, Kássia Mota de. **Entre a escola e a religião: desafios para as crianças de candomblé em Juazeiro do Norte.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2010.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei nº 3.029, de 01 de agosto de 2025.** Vitória da Conquista, BA: **Câmara Municipal,** 2025.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Resolução CME nº 013/2006, de 20 de dezembro de 2006.** Vitória da Conquista: **Conselho Municipal de Educação,** 2006.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Resolução CME nº 014.2020, de 09 de dezembro de 2020.** Vitória da Conquista: **Conselho Municipal de Educação,** 2020.